

Enigmas do capitalismo e o mundo da vida

Início com uma citação de Carlos Gadelha.

A hipótese teórica, com desdobramentos políticos do programa de pesquisa que norteia a concepção do CEIS, é a de que uma sociedade equânime, comprometida com os direitos sociais e a vida somente é viável com uma base produtiva, tecnológica e de inovação em saúde que lhe dê sustentação, havendo uma relação endógena entre a dimensão social e econômica do desenvolvimento. A pandemia do novo coronavírus confirmou de forma trágica essa hipótese e, simultaneamente, a insuficiência de escolas de pensamento que visualizam o mundo econômico como um sistema isolado da sociedade e da política.

Nos idos de 1933, John Maynard Keynes anunciou o abandono de suas convicções livre-cambistas e disparou um texto questionando a globalização de sua era.

Simpatizo, portanto, com aqueles que minimizam, e não com aqueles que maximizariam o entrelaçamento econômico entre as nações. Ideias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens – essas são as coisas que deveriam ser internacionais. Mas que as mercadorias sejam caseiras sempre que for razoável e convenientemente possível, e, acima de tudo, que as finanças sejam principalmente nacionais.

Em seu discurso de 12 de março de 2020, o presidente francês, Emmanuel Macron, proclamou que “delegar nossa comida, nossa proteção, nossa capacidade de curar, nosso ambiente social para outros, é loucura”. Desde sua eleição, Donald Trump hos-

1. Faculdades de Campinas (Facamp), e-mail: belluzzop@terra.com.br

tiliza a China, mas não se vexou ao comprar máscaras produzidas no Império do Meio pela empresa 3M, de origem norte-americana. Isso para não falar das trombadas com a Huawei na batalha da tecnologia 5G.

Os territórios submetidos à jurisdição dos Estados Nacionais, bem como a maioria de seus habitantes, sentem os efeitos do estilhaçamento espacial das cadeias de valor. Na emergência sanitária, a interdependência das economias nacionais cobrou seu preço. Ante o nervosismo da insegurança econômica, recrudescer a polarização política, fomentada pelo crescimento da massa daqueles que tiveram suas condições de trabalho e vida precarizadas na senda da arbitragem geográfica de salários, impostos, câmbio e juros pela finança globalizada.

Um certo Karl Marx, ao investigar a estrutura e a dinâmica da economia capitalista, criou o conceito de abstração real. Para um economista contemporâneo que habita as academias e outros negócios, o conceito acima é um paradoxo, inaceitável para os cânones da Ciência Econômica (?). Nesse universo da “objetividade científica”, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O conceito de abstração real condensa com propriedade a natureza do processo de constituição das cadeias globais de valor. Esse movimento ocorre na estrita obediência às normas do capitalismo enquanto sistema, cujo objetivo é a acumulação de riqueza abstrata. Ou seja, não se trata de produzir e gerar abundância material nos territórios onde sobrevivem mulheres e homens de carne e osso, mas de produzir mercadorias com o propósito de acumular dinheiro.

Não importa onde produzir, mas como distribuir e organizar a produção nos espaços que permitam a maximização dos resultados monetários ambicionados por grandes empresas e bancos que controlam os instrumentos de produção e o dinheiro. As condições de vida dos habitantes dos espaços fracionados, abandonados ou ocupados, são mera consequência, boa ou má, dos movimentos da abstração real.

As questões relativas às estratégias de localização da corporação transnacional moderna ou de suas mutações morfológicas (constituição de empresas-rede, com concentração das funções de decisão e de inovação e dispersão das operações comerciais e industriais) devem ser avaliadas a partir dessa perspectiva.

Globalização é um conceito demasiado impreciso, enganoso e carregado de contrabandos ideológicos. Seu uso generalizado, sua ampla aceitação nos meios de comunicação e no ambiente acadêmico, deve ser compreendido como um indício de mu-

danças relevantes que têm ocorrido no mercado mundial, nas formas de organização empresarial, nas normas de competitividade, para não falar das transformações na órbita financeira e monetária.

A visão convencional preconizava que a globalização conduziria à homogeneização dos espaços econômicos nacionais e à convergência para o nirvana do livre mercado. Esse processo ocorreria fora do alcance das políticas decididas no âmbito dos Estados. Assim, as receitas liberal-conservadoras recomendam a ampla abertura comercial, em conformidade com a vetusta teoria das vantagens comparativas, sem as tímidas modificações da “nova teoria do comércio”, privatizações e o não intervencionismo, regras que emanam de um modelo de equilíbrio geral, liberalização financeira, lição que decorre da hipótese dos mercados eficientes.

Esse receituário conflita com a realidade verdadeira da constituição das distintas formações histórico-sociais, nas diferentes etapas do capitalismo. Esse processo envolveu a articulação entre algumas instâncias fundamentais: 1. As relações de poder entre os Estados nacionais, no âmbito de uma divisão internacional do trabalho em transformação; 2. Regimes monetários e cambiais, com sua hierarquia de moedas nacionais, sistemas de crédito e mercados financeiros; 3. Padrões tecnológicos e de organização empresarial; 4. Formas de concorrência entre as empresas; 5. Normas de formação do salário e do consumo dos trabalhadores e de outras camadas assalariadas; 6. Distintos padrões de intervenção estatal.

A nova globalização está ancorada nas peculiaridades da finança. Desde os anos 1980, a liquidez e a profundidade dos mercados financeiros dos EUA comandam o movimento de abstração real: financiam e garantem a saída de capital produtivo e a consequente desindustrialização do país.

O investimento manufatureiro das empresas internacionalizadas concentrou-se na China e na Ásia emergente. As grandes empresas migraram para regiões em que prevalecem relações atraentes entre produtividade, câmbio e salários. Isso desatou a desindustrialização nos países de origem, a “arbitragem” com os custos salariais e estimulou a flexibilização das relações de trabalho, fenômeno agravado pela desqualificação e eliminação de trabalhadores, impostas pelo avanço das tecnologias da informação e pela automação na indústria e nos serviços. A evolução do regime do “precarariado” constituiu relações trabalhistas que se desenvolvem sob as práticas da flexibilização.

Em estudo publicado em 2015, o Parlamento Europeu reconheceu o declínio da contribuição relativa da indústria na economia europeia, que perdeu um terço da sua base nos últimos quarenta anos: “Essa ‘desindustrialização’, um processo também presente em outras economias desenvolvidas, é em parte devida à ascensão da manufatura em outras partes do mundo (notadamente China) e à realocação dos trabalhos intensivos em mão de obra para países com custos trabalhistas e cadeias de fornecimento globais com fornecedores localizados fora da União Europeia”.

Em resposta a esse declínio, a Comissão Europeia definiu como meta que, em 2020, a manufatura deveria representar 20% do valor agregado na União Europeia, adotando como estratégia ajudar todos os setores industriais a explorarem novas tecnologias e a manejarem a transição para o sistema industrial inteligente, a Indústria 4.0.

Também conhecida como a Internet Industrial das Coisas, a potencial “nova revolução industrial” incorpora a aprendizagem das máquinas e tecnologia de big data; a comunicação de máquina para máquina (M2M); tecnologias de automação; a aplicação de tecnologia da informação e comunicação (ICT) para digitalizar informação e integrar sistemas em todos os estágios de produção (inclusive logística e fornecedores), tanto dentro quanto fora da planta; sistemas cyberfísicos que usam ICT para monitorar e controlar processos com sensores incorporados; robôs inteligentes que podem se autoconfigurar para adequação ao produto; impressoras 3D; redes de comunicação sem fio e internet que servem máquinas conectadas; simulação, modelagem e virtualização no design de produtos e processos de manufatura; coleta e análise de uma vasta quantidade de dados, imediatamente no chão de fábrica ou por meio de análise de big data e computação na nuvem.

Máquinas inteligentes, mais precisas que humanos em capturar e comunicar dados, possibilitam às empresas a identificação antecipada de ineficiências e problemas, poupando tempo e dinheiro, com grande controle de qualidade, redução de perdas, rastreabilidade e supervisão da eficiência da cadeia de fornecedores.

As plantas eletrônicas da Siemens Electronics em Amberg (Alemanha) produzem controles logísticos programáveis no estado da arte das fábricas inteligentes, onde gerência de produção, manufatura e sistemas de automação estão integrados. Máquinas inteligentes coordenam a produção e a distribuição de 950 produtos com mais de 50 mil variantes, pelas quais aproximadamente 10 mil materiais são localizados em 250 fornecedores. Pela conexão de máquinas inteligentes com componentes que captam

dados, os ciclos de inovação são encurtados, e a produtividade e a qualidade são majoradas. A planta de Amberg registra apenas 12 defeitos por milhão (contra 500 em 1989), uma confiabilidade de 99%.

Algumas companhias são capazes de configurar fábricas sem luzes ou calefação, onde robôs automatizados produzem. Na Holanda, a Philips produz barbeadores elétricos em uma “fábrica escura” com 128 robôs e apenas 9 trabalhadores.

Buscando também restaurar a prominência da sua indústria, os EUA estabeleceram uma Rede Nacional para Inovação na Manufatura, batizada de Manufacturing USA, com sede no National Institute of Standards and Technology, no Departamento de Comércio.

O escritório opera em parceria com o Departamento de Defesa, o Departamento de Energia, a Nasa, a Fundação Nacional de Ciência, o Departamento de Educação e o Departamento de Agricultura.

Nos últimos quatro anos do programa foram criados ou anunciados nove institutos de inovação em manufatura, com mais seis planejados para 2027. Esses institutos são parcerias público-privadas (PPP), cada um com seu distinto foco tecnológico. O programa europeu, batizado de “Factories of the Future”, também usa o modelo de PPP.

A Indústria 4.0 se insere na estratégia dessas regiões de realocação do eixo industrial, como explicita o Parlamento Europeu:

A localização de algumas indústrias poderá estar mais próxima do cliente: se a manufatura é largamente automatizada, ela não necessita mais ser ‘off-shored’ ou alocada em países distantes com baixo custo de mão de obra (e altos custos de transporte). Companhias europeias podem decidir retornar sua manufatura para a Europa (‘re-shore’).

Ao analisar a chamada quarta revolução industrial, a revista Forbes externou preocupação com os efeitos da substituição de trabalhadores em um vasto espectro de indústrias. A estimativa é que 47% dos empregos americanos estejam ameaçados pela automação. Especialistas sugerem especial prejuízo aos mais pobres, especialmente pelo desaparecimento dos trabalhos de baixa qualificação e salário.

As economias centrais se contorcem nas angústias da ruptura do circuito de formação do emprego e da renda. Em seu formato “fordista” esse circuito era ativado pela demanda de crédito para financiar o gasto dos empresários confiantes nos efeitos

recíprocos da expansão da renda no conjunto de atividades que se desenvolviam nos espaços nacionais, a partir da generalização dos métodos de produção industriais que invadem os serviços e a agricultura.

Na culminância de seu desenvolvimento, o progresso capitalista gerou de suas entranhas tecnológicas os traumas e oportunidades da hiperindustrialização 4.0. Esse momento renova desafios das sociedades modernas: como as instituições humanas vão responder às forças sistêmicas transformadoras da vida. As revistas Forbes e The Economist debatem as consequências da nova revolução industrial. Em uma das mãos ela oferece as promessas da abundância e do tempo livre; na outra, ameaça com a precarização, a queda dos rendimentos dos trabalhadores menos qualificados, o aumento da desigualdade. Nesse cenário cresce o debate acerca da renda mínima como forma de enfrentar o deslocamento tectônico das relações sociais e das condições de vida de homens e mulheres, a questão do desemprego tecnológico estrutural.

A flexibilização das relações trabalhistas encolheu o crescimento da renda das famílias e subordinou os gastos de consumo ao endividamento. O circuito de formação da renda na economia como um todo começa a falhar. O desemprego e a queda dos rendimentos dos trabalhadores reduzem o gasto das empresas no pagamento de salários e desestimulam a aquisição de meios de produção de outras empresas.

A grande empresa contemporânea move a economia na direção da concentração da riqueza e da renda. Enredada nas armadilhas da acumulação financeira e enfiada no pântano da liquidez curto-prazista, empurra a economia global para a estagnação secular, falhando em sua capacidade de gerar empregos.

Os sistemas econômico-industriais como o da saúde (o CEIS 4.0) são revolucionados por dentro, reforçando a clássica disjuntiva entre a dinâmica capitalista e a vida, evidenciada pela pandemia Covid-19. A perspectiva das contribuições desta revista se inscreve na busca de construção de um outro caminho que recrie um pacto que oriente a dinâmica capitalista para que o movimento abstrato do capital se realize no mundo da vida, garantindo o bem-estar e a própria sobrevivência moral do capitalismo.